

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- UFPR

KETLIN MAYARA DUTRA DA SILVA

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO FORTALECIMENTO DO
TERRITÓRIO CONTRA O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL**

MATINHOS

2018

KETLIN MAYARA DUTRA DA SILVA

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO FORTALECIMENTO DO
TERRITÓRIO CONTRA O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO**

Monografia apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Habilitação em Química, Física e Biologia, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de graduação.

Orientador: Prof^o Lourival M. Fidelis

Co-orientadora: Prof^a Ândrea Francine Batista.

UFPR/ ELAA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

KETLIN MAYARA DUTRA DA SILVA

O PAPEL DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO CONTRA O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada (o) em Educação do Campo habilitação em Ciências da Natureza.



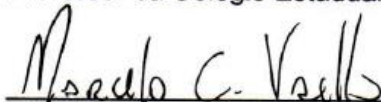
Prof. Dr. Lourival de M. Fidelis

Orientador(a) – Licenciatura em Educação do Campo, UFPR



Prof. Cassius Marcelus Cruz

Professor da Colégio Estadual Quilombola do Campo Diogo Ramos



Prof. Dr. Marcelo C. Varella

Licenciatura em Educação do Campo, UFPR

Matinhos, 04 de novembro de 2018.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos povos do campo, em especial a todas as etnias indígenas do Brasil, que luta e resiste contra o avanço do capital. Dedico também à comunidade da Terra indígena São Jerônimo e a todos os integrantes que vivem nela.

AGRADECIMENTO

Aos Movimentos sociais,

ELAA,

LECAMPO,

Família,

Amigos.

“A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto.”

Darcy Ribeiro.

RESUMO

O tema estudado neste de Conclusão de Curso (TCC), esta envolto na questão indígena, especialmente a questão indígena da etnia Xetá, e a qual, ao longo dos nossos estudos procuramos abranger para a Terra Indígena São Jerônimo. Assim, o trabalho desenvolvido teve como área de pesquisa a Terra Indígena São Jerônimo, no Município de São Jerônimo da Serra localiza ao Norte do Paraná, Brasil. Procuramos envolver e entender as relações entre a escola e a comunidade. Procuramos observar as relações científicas e acadêmicas da Questão Indígena durante todo o percurso da nossa formação no Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da natureza, realizado na Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral em parceria com a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA). Procuramos sintetizar e transformar as inquietações sobre a Questão Indígena neste TCC, através da discussão da temática: “O papel da Educação indígena no fortalecimento do território contra o desenvolvimento do capital no campo”. O objetivo geral que orienta o trabalho tem como síntese: compreender as relações existentes entre o Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj e a comunidade indígena São Jerônimo no fortalecimento de territórios contra o desenvolvimento do capital no campo. Os objetivos específicos resumem-se em: discutir de forma breve os conflitos territoriais dos indígenas na região Norte do Paraná e o desenvolvimento do sistema capitalista; contextualizar a história da formação da aldeia indígena São Jerônimo e; identificar as relações existentes entre o Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj e a comunidade indígena São Jerônimo. A importância que justifica este trabalho, se encontram em: resgatar, reconhecer e valorizar a cultura indígena das etnias Kaingang, Xetás, Guarani existentes na Aldeia São Jerônimo, por meio do Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj. A metodologia empregada fez uso da pesquisa bibliográfica, onde estudamos livros, revistas e artigos que tratam da questão indígena como território de luta e resistência com uma relação direta no campo educacional. Também foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram feitas várias visitas na terra indígena (TI) com o registro em diário de campo das principais observações e constatações. Foram realizadas conversas informais e entrevistas com as lideranças das três etnias que compõe a aldeia (Kaingang, guarani e xetá), assim como, com educadores e comunidade escolar (estudantes, funcionários, professores, pessoal da administração escolar) do Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj.

Compreende-se, portanto, que este diálogo entre os materiais estudados e a vida concreta e cotidiana da TI contribuiu enormemente para as reflexões contidas nesse trabalho. Pretende-se que este trabalho possa contribuir com as reflexões sobre as relações existentes entre a Educação do Campo e a Educação Indígena, assim como dar um retorno para a comunidade e visibilidade para a luta dos povos indígenas neste contexto do avanço do capital sobre suas terras tradicionalmente ocupadas, cultura e identidade.

Palavras chaves: Território. Sistema Capitalista. Indígenas. Educação.

ABSTRACT

The subject studied in this monograph of Conclusion of Course (TCC), is involved in the indigenous issue, especially the indigenous issue of the Xetá ethnic group, and which, throughout our studies, we have tried to cover for the São Jerônimo Indigenous Land. Thus, the work developed had as research area the São Jerônimo Indigenous Land, in the Municipality of São Jerônimo da Serra, located in the North of Paraná, Brazil. We seek to involve and understand the relationships between school and community. We sought to observe the scientific and academic relations of the Indigenous Question during the whole course of our training in the Degree in Field Education - Natural Sciences, held at the Federal University of Paraná – Setor Litoral in partnership with the Latin American School of Agroecology (ELAA). We seek to synthesize and transform the concerns about the Indigenous Question in this CBT, through the discussion of the theme: "The role of indigenous education in strengthening the territory against the development of capital in the countryside." The general objective that guides the work is as a synthesis: to understand the relations existing between the Indigenous State College Cacique Koféj and the indigenous community of St. Jerome in the strengthening of territories against the development of the capital in the countryside. The specific objectives are summarized as follows: identify the indigenous territorial conflict in the northern region of Paraná and the development of the capitalist system; contextualize the history of the formation of the indigenous village of St. Jerome; and, To identify the relations existing between the Indigenous State College Cacique Koféj and the indigenous community of St. Jerome. The importance of this work lies in: recovering, recognizing and valuing the indigenous culture of the Kaingang, Xetás, Guarani ethnic groups existing in the São Jerônimo Village, through the Indigenous State College Cacique Koféj. The methodology used made use of bibliographical research, where we studied books, magazines and articles dealing with the indigenous issue as a territory of struggle and resistance with a direct relationship in the educational field. A field survey was also carried out, where several visits were made in the indigenous land (TI) with the recording in field diary of the main observations and findings. Informal conversations and interviews were held with the leaders of the three ethnic groups that make up the village (Kaingang, Guarani and Xeta), as well as with educators and the school community (students, staff,

teachers, school administrators) of the Indigenous State College Cacique Koféj. It is understood, therefore, that this dialogue between the materials studied and the concrete and daily life of IT contributed enormously to the reflections contained in this work. It is intended that this work can contribute with the reflections on the existing relations between the Education of the Field and the Indigenous Education, as well as giving a return to the community and visibility for the struggle of the indigenous peoples in this context of the advance of the capital on its lands , culture and identity.

Keywords: Territory. Capitalist System. Indigenous people. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Mobilização Indígena em Belo Monte	17
Ilustração 02 - Quadro das Terras Indígenas do Paraná	21
Ilustração 03 - Mapa de Origem da etnia Xetá entre o Vale do Rio Ivaí e a Serra Dourada..	26

LISTA DE SIGLAS

APIB	- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ELAA	- Escola Latina Americana de Agroecologia
CIMI	- Comissão Missionária Indígena
FUNAI	- Fundação Nacional Índio
ISA	- Instituto Socioambiental
RCNE/ Indígenas	- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
SPI	- Serviço de Proteção ao Indígena
TI	- Terra Indígena
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
PR	- Paraná
OIT	- Organização Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	1
AGRADECIMENTO	2
RESUMO.....	4
ABSTRACT	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
SUMÁRIO.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1. O CONFLITO TERRITORIAL INDÍGENA E O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA	14
2. A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA ALDEIA INDÍGENA SÃO JERÔNIMO (NORTE DO PARANÁ)	21
2.1 Os Índios Kaingang	22
2.2 Os Índios Guarani.....	23
2.3 Os Índios Xetás.....	233
3. ESCOLA INDÍGENA COMO PARTE DA RESISTENCIA DE UM POVO: O CASO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA CACIQUE KOFÉJ.....	29
3.1 Fundamentos Gerais da Educação Indígena	
Erro! Indicador não definido.0	
3.2 O Papel da Escola Indígena em seu Território	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	377
APENDICE	39

INTRODUÇÃO

O tema que estamos apresentando neste estudo, a questão indígena, especialmente a questão indígena da etnia Xetá e a qual ao longo dos nossos estudos preliminares no Projeto de Aprendizagem e por fim, no Trabalho de Conclusão de Curso, procuramos estender para a Terra Indígena São Jerônimo. Assim, o trabalho desenvolvido teve como área de pesquisa e estudo, a Terra Indígena São Jerônimo, no Município de São Jerônimo da Serra localizada ao Norte do Paraná, Brasil. Neste território também se procurou envolver as relações entre escola e a comunidade e suas contradições. Procuramos observar a inquietação que nos desafiou durante toda a nossa formação no Curso de Licenciatura em Educação do Campo em Ciências da natureza realizado na Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral em parceria com a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA).

Da curiosidade passamos à inquietação, procuramos sintetizar e transformar neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) através da discussão da temática: “O papel da Educação indígena no fortalecimento do território contra o desenvolvimento do capital no campo”. O objetivo geral que orienta este TCC tem como síntese: compreender as relações existentes entre o Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj e a comunidade indígena São Jerônimo no fortalecimento de territórios contra o desenvolvimento do capital no campo.

Objetivo este que se desdobrou em alguns objetivos específicos, sendo eles: Identificar o conflito territorial indígena na região Norte do Paraná e o desenvolvimento do sistema capitalista; contextualizar a história da formação da aldeia indígena São Jerônimo; e, identificar as relações existentes entre o Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj e a comunidade indígena São Jerônimo.

A importância e a justificativa deste trabalho se encontram em resgatar, reconhecer e valorizar a cultura indígena das etnias Kaingang, Xetás, Guarani existentes na Aldeia São Jerônimo, por meio do Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj. Isto é, entender o espaço escolar com suas atividades políticas e pedagógicas enquanto ferramenta de resistência no sentido de preservar a cultura dos povos e fortalecer o território. Além disso, a relação entre escola e comunidade é vista como forma de consolidação da biodiversidade dos ecossistemas

existentes, que se resume em alguns momentos com pequenas ações desenvolvidas na própria aldeia.

O desenvolvimento de nosso trabalho situa-se no momento histórico-social atual, no qual se reproduzem as relações de poder aonde os povos indígenas historicamente vêm sendo explorados e expulsos dos seus territórios de vida. Neste sentido a educação diferenciada tem uma perspectiva transformadora e a escola pode possibilitar processos de resistência de culturas historicamente subalternizadas, como a cultura indígena.

A metodologia que propomos neste trabalho, ancorou-se na pesquisa bibliográfica onde foram estudados livros, revistas e artigos que tratam da questão indígena como território de luta e resistência com uma relação direta no campo educacional. Também foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram feitas quatro visitas na terra indígena (TI) com o registro em diário de campo das principais observações e constatações. Foram realizadas conversas informais e entrevistas com as lideranças das três etnias que compõe a aldeia (Kaingang, guarani e xetá), assim como, com educadores e comunidade escolar (estudantes, funcionários, professores, pessoal da administração escolar) do Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj.

Compreende-se que este diálogo entre os materiais estudados e a vida concreta e cotidiana da TI contribuiu enormemente para as reflexões contidas nesse trabalho que se desdobram em três capítulos.

O primeiro capítulo está intitulado: “o conflito territorial indígena e o desenvolvimento do sistema capitalista.

O segundo capítulo está nominado: “A História da Formação da Aldeia Indígena São Jerônimo”, se refere à constituição desta aldeia, os sujeitos e etnias que vivem nela. Neste capítulo trabalhamos um breve histórico sobre as etnias Kaingang, guarani e xetá e como elas se organizam internamente.

No terceiro capítulo discutimos “As relações existentes no Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj e a Comunidade Indígena São Jerônimo”, realizado uma breve reflexão sobre o papel que historicamente a educação teve para e com os indígenas e também sobre a chegada da escola na TI e sua configuração e constituição atual. Menciona-se aí o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNE/INDÍGENAS) e como o indígena contribuiu para sua elaboração. E, finalmente, com uma reflexão sobre o papel da escola para a resistência indígena.

Pretende-se que este trabalho possa contribuir com as reflexões sobre as relações existentes entre a Educação do Campo e a Educação Indígena, assim como dar um retorno para a comunidade e visibilidade para a luta dos povos indígenas neste contexto do avanço do capital sobre suas terras, cultura e identidade.

1. O CONFLITO TERRITORIAL INDÍGENA E O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA

Os conflitos no campo, por disputas territoriais no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo sempre impuseram aos povos originais supressão e dizimação por parte dos povos que vinham de fora. Assim os povos originais das Américas foram assassinados de diversas formas e os que não foram mortos tiveram sua história, cultura e religião q da história. E isto perdura até atualidade. Segundo Oliveira (2001) os povos indígenas foram os primeiros a vivenciar a ira dos colonizadores que chegaram ao Brasil, estes se apropriaram das terras, já povoadas por comunidades indígenas que aqui habitavam.

Ainda segundo Oliveira (2001) as lutas dos povos indígenas nunca foram interrompidas na história do Brasil e nem na América Latina. Apesar de terem se passados mais de quinhentos anos, os povos indígenas, ainda vem sendo submetidos a massacres, exploração, invasões de seus territórios e supressão de sua cultura e religião.

O território que hoje existe em poder dos povos indígenas no Brasil foi o que sobrou da tomada e da destruição de suas terras, da erosão de suas identidades, de seus hábitos, e de suas formas de ser e estar no mundo, pois foram forçados a se adaptar ao modelo colonial-capitalista que hoje formam a sociedade em que vivemos. Tal modelo é baseado na lógica do acúmulo e exploração de bens da natureza, ou seja, na apropriação dos meios de produção a serviço da produção de mercadorias baseada na exploração da mais-valia¹.

Ao longo do tempo os povos indígenas foram sendo obrigados a se reorganizarem em outros territórios demarcados ou não, sob a influência do sistema de organização que não lhes confere autonomia.

Estes conflitos e desapropriações territoriais, realizadas pelo sistema capitalista e por meio das transnacionais têm por objetivo a privatização dos bens naturais, que correspondem a terra, a água e os minérios, que são as matérias primas para indústria do agronegócio,

¹ Mais valia é um conceito trabalhado por Karl Marx em sua obra O Capital que significa a expropriação e a exploração do trabalho humano, onde pela venda da força de trabalho no tempo de produção de mercadoria, o ser humano produz mais valor, que é um trabalho não pago e apropriado pelo capitalista.

hidronegócio e mineronegócio. Assim que se dá a apropriação do capital sobre os meios de produção, trazendo consequências desastrosas para os todos os povos indígenas.

Para os povos indígenas a terra se constitui mais que um meio de subsistência, ela representa a base da vida social que está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimentos, não apenas os recursos naturais, mas também os recursos socioculturais e ambientais bem como também suas crenças e religiões. O território é bem mais que uma terra ou um espaço geográfico para os povos indígenas, nela se deposita toda uma filosofia e lógica, pois nela habitam também os espíritos de seus ancestrais e outros seres sobrenaturais.

Esta forma de compreender o mundo e as relações humanas com a natureza; o papel dos seres humanos na terra, a continuidade da vida após a morte através da memória de seus ancestrais e o conjunto de significações chamamos de cosmovisão.

A cosmovisão indígena, ou visão de mundo indígena é incompatível com o modelo de desenvolvimento do capital e sua lógica, “que sustenta os atuais projetos e medidas governamentais”, e que parte de uma lógica onde “tudo se converte em recurso – a natureza, o ser humano, o conhecimento, a criatividade no trabalho, tudo pode ser capitalizado para se tornar lucrativo” (CIMI, 2015, p. 01). Uma lógica onde não há limites para a exploração da natureza.

Enfatiza-se também que [para além da questão cultural existe um fator político que perpassa as ações indígenas. Estes sujeitos lutam, por exemplo, pela manutenção de formas de relação produtivas diferenciadas, como terras de uso comum, ou práticas de cooperativismo não remuneradas economicamente. Trata-se de pensar o território e a produção material, desde a lógica de valor de uso e não somente valor de troca.

A cosmovisão indígena perpassa por uma lógica muito distinta de relação com a terra e com a natureza. Por exemplo, a forma de relação com a terra é coletiva e de uso comum, não como propriedade privada. A relação com a natureza não tem a característica utilitarista, mas é “entendida como provedora” onde “cada ser precisa a respeitar os demais para não destruir o tecido denso e delicado dessa relação entre as pessoas, os seres e as coisas” (CIMI, 2015, p.2).

Na sua própria história os povos indígenas e as comunidades tradicionais cuidam das florestas, das águas, enfim da própria natureza, mas na lógica do desenvolvimento capitalista, a terra “que na cosmovisão indígena é a base das relações sociais e espaço para conviver, torna-se recurso a ser maximizado na lógica desenvolvimentista”. (CIMI, 2015, p.2). Uma perspectiva que é o principal motivo do não reconhecimento dos territórios quilombolas,

indígenas e de comunidades tradicionais e que na atualidade reflete na morosidade nos processos de demarcação de terra.

A existência desses territórios ancestrais, os quais estes povos têm o direito inegociável, torna-se, sob a lógica do capital, impedimento ao máximo desenvolvimento capitalista, que em sua forma atual de atuação no campo (agronegócio, o hidronegócio e o mineronegócio) se apropria dos bens que historicamente foram preservados nas terras indígenas. Sobrepondo -se a Convenção 169 da OIT², no artigo 14:

1. Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos. Além disso, quando justificado, medidas deverão ser reconhecidas. Além disso, quando justificados, medidas deverão ser tomadas para salvaguardar os direitos dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência. Neste contexto, a situação de povos nômades e agricultores itinerantes deverá ser objeto de uma atenção particular.
2. Os governos tomarão as medidas necessárias para identificar terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados e garantir a efetiva proteção de seus direitos de propriedade e posse.
3. Procedimentos adequados deverão ser estabelecidos no âmbito de sistema jurídico nacional para solucionar controvérsias decorrentes de reivindicações por terras apresentadas pelos povos interessados. (OIT, 2011, n.p.).

Como exemplos destacados pelo CIMI (2015), os casos de conflitos entre o modelo de desenvolvimento e a vida dos povos indígenas são:

- a. Terra Indígena Vale do Javari no Estado do Amazonas, onde o descaso do poder público indica a ocorrência de inúmeros casos de mortalidade infantil e de doenças como hepatite, pneumonia, infecções respiratórias, meningite e tuberculose. Doenças como essas fragilizam o modo de vida na aldeia, dificultando, a caça, coleta e produção de alimentos.
- b. Os Guarani-Kaiowas se configura como a segunda maior população indígena do país. O estado do Mato Grosso do Sul é recordista em casos de violência contra os indígenas. Várias comunidades são obrigadas a se isolarem de forma precárias e em terras insuficientes. No caso do Município de Dourados, se registram até mesmo suicídios e alto índice de mortalidade infantil. MS também foi considerado campeão em número de assassinatos de indígenas no País no ano de 2014, onde houve ataques aos indígenas por jagunços armados com balas de borrachas.
- c. A terra Indígena de Parabubure, do povo Xavante, na região do Araguaia, apresenta também um alarmante número de mortalidade infantil. (CIMI, 2015, p. 3)

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm Acesso em novembro de 2018.

E além dessas condições objetivas de dizimação dos povos indígenas, segundo entrevista concedida à Comissão Missionária Indígena (CIMI) pelo cacique Babau Tupinambá da Aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá no sul da Bahia:

A mídia tem atacado os povos indígenas, só mostra fatores negativos da vida nas nossas aldeias, mostra a nossa vida como ruim e atrasada. Outro dia vi uma reportagem que falava que a gente tem terra e não aproveita. Mas o que é aproveitar a terra? A nossa experiência de vida mostra que não é preciso produzir tanto, basta produzir o suficiente, porque, se não for assim, escravizamos a terra e todos que vivem nela. Queremos viver em paz em nossos territórios, mas também queremos dignidade para os índios que estão nas periferias das cidades e para todas as pessoas que estão neste mundo, e que não têm a chance de ganhar o pão. Muitas pessoas vivem sem esperança. Muitos são utilizados como mão de obra escrava. Por isso nós lutamos para continuar vivendo os nossos costumes, a nossa cultura. Precisamos ter nossas terras legalizadas e ter saúde garantida. Com todos os direitos garantidos, vamos fazer diferença. (CIMI, 2015, p. 03)

Outro exemplo de conflito territorial é a resistência indígena em Belo Monte que consiste na perseguição política sobre as étnicas indígenas próximas do Rio Xingu (parque do Xingu). Essas etnias, os Munduruku, Xikrin, Juruna, Kaipós, Tapajos, Xipayas, Kuruaya, Asurini, Parakanã e Araras fizeram a ocupação dos canteiros de obra da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte³, junto a ribeirinhos e pescadores em 2013, no intuito de impedir os impactos em seu território (da fauna e da flora).

A imagem abaixo apresenta um momento desta mobilização, onde entoando “canções de guerra” marcham até a entrada do canteiro de obras:

Ilustração 01 – Mobilização Indígena em Belo Monte

³ Localizada a 50 km da cidade de Altamira-PA, a Usina de Belo Monte pretende ser a maior do país em potência energética, o que causaria grandes impactos nas reservas indígenas da região.



Fonte: Foto de Leticia Leite-ISA (Instituto Socioambiental), 2013.

Ainda é importante mencionar outro exemplo de conflito indígena que são dos povos Yanomamis. Davi Kopenawa, líder indígena denunciou na década de 1980 à ONU a situação dos indígenas brasileiros “que a terra de seu povo havia sido invadida por 40.000 garimpeiros em busca de ouro”, constando-se a presença de 82 pistas clandestinas de vôo que levavam garimpeiros ao centro da floresta. Também a presença de 200 balsas que “bombeavam cascalho atrás do minério e cerca de 500 barracas espalhadas por três acampamentos localizados dentro de aldeias Yanomamis”. Nesse período, cerca de 20% da população indígena local teria “morrido por doenças, como malária, por fome ou vítima de outros impactos causados pela mineração”. (EL PAÍS, 2017, n.p.)

Somente em 1992, a TI Yanomami foi demarcada, e os garimpeiros expulsos da área. Entretanto em 2013, registra-se uma volta massiva de garimpeiros na região, como afirma a reportagem do EL País:

Segundo o documento feito pelas associações e pelo ISA, já foram constatados ao menos 84 indícios de garimpo ilegal, entre pistas de pouso clandestinas e áreas de extração do minério ao longo dos rios Uraricoera, Mucajai e Catrimani, todos dentro da área indígena Yanomami. (EL PAÍS, 2017, n.p.).

Esta situação, fez com que a líder indígena Davi retornasse a ONU para fazer denúncias, agora com o apoio da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) para denunciar em Genebra a nova invasão. Também entregam uma carta assinada por 30 organizações indígenas brasileiras denunciando a situação da saúde dos seus povos, e os

ataques vividos por eles, às mudanças na Fundação Nacional do índio (FUNAI) feitas pelo governo de Michel Temer. Nas palavras de Davi:

O exército sabe onde está o garimpo. Tem satélite. O governo não quer combater. Eles tem apoio de quem compra ouro. Nosso presidente não quer dar autorização para a Polícia Federal tirar. A Funai é quebrada. Nossa mãe, Funai, já morreu. Eles mataram. Só ficou o nome. Nome bonito, mas não tem o poder para ajudar a gente. A Funai em Brasília não tem apoio do Governo Federal. Eles não querem apoiar como antigamente. Fazia tempo que estava abandonado. Na época da Dilma já não tinha apoio, não. Mas agora tá pior. Acabaram com a Funai. (EL PAÍS, 2017, n.p.)

Continua sua denúncia com a seguinte exposição:

Estão lutando para desmanchar nossas terras demarcadas. Se isso acontecer, vai acontecer a morte do meu povo. Vai acabar com meu povo yanomami. É porque nossa terra é rica de ouro. Onde não tem minério eles não vão mexer. Só onde tem ouro, diante, pedras preciosas. Por isso querem revogar as terras. Eles estão desfazendo tudo, desmanchando tudo.

[...] Faz tempo que estou denunciando e falando para as autoridades brasileiras sobre a situação do povo yanomami.

[...] A Terra Yanomami foi homologada, mas não está sendo respeitada. Os garimpeiros começaram a voltar devagar em 2001, 2003. E nós continuamos falando para a Funai, em Brasília, para a Polícia Federal. As autoridades, o presidente do nosso país não está interessado em ajudar.

[...] Estamos tomando água suja, poluída, de mercúrio [usado no garimpo]. Isso significa que meu povo vai sumir. Fica todo mundo doente, as mulheres, filhas, filhos, todo mundo contaminado.

[...] Os garimpeiros levam a doença pelo corpo. O corpo dos garimpeiros é contaminado, no sangue. Eles parecem saudáveis, mas por dentro eles são poluídos, contaminados. Quando eles entram na terra Yanomami, ficam lá um mês, dois meses, e a doença chega lá, ela vai junto. Os carapanãs [mosquitos] estão lá na floresta, limpos. Eles chupam o sangue do garimpeiro lá dentro, pegam a doença do corpo do garimpeiro e vão transmitir a doença para onde está a comunidade. Deixam a doença no corpo dos yanomami. É assim que a *xawara* [epidemia] funciona. Também acontece quando o garimpeiro convida uma índia yanomami em troca de comida. Ele vai usar nossas índias. O garimpeiro é doente e a doença passa para a mulher. DST. Doença venérea. Os garimpeiros são doentes, ficam andando na cidade, em outros lugares. E essa doença está espalhando. Os yanomami ficam doentes com HIV, malária, tuberculose e outras doenças que não têm cura. (EL PAÍS, 2017, n.p.).

No caso do Estado do Paraná, existem apenas três etnias dos povos originários: Guarani, Kaingang e Xetás. Vivem em cerca de dezessete (17) Terras Indígenas demarcadas pelo governo Federal segundo dados obtidos no site do Museu Paranaense⁴.

Os guaranis, sob o tronco lingüístico Tupi Guarani, se dividem em três subgrupos, sendo eles os Mbyá, Nhandéva e Kaiowá que são oriundos de um território que abrange o Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. Ainda como informação retirada no Site do Museu Paranaense, os guaranis nos séculos XVIII e XIX foram utilizados como mão-de-obra na

⁴ Disponível em <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68> . Acesso em agosto de 2018.

atividade da pecuária, ou ainda reunidos em reservas indígenas organizadas pelo Governo. Muitos deles se deslocaram para a região do Litoral Paranaense, considerado um território sagrado.

Os Kaingang, pertencentes à família lingüística Jê, habitavam regiões de campos e florestas de Araucária e que no século XIX foram atingidos pela atividade tropeirismo para a expansão das fazendas de gado e outras práticas agrícolas sobre as regiões dos Campos Gerais. Muitos embates violentos decorreram na constituição de aldeamentos organizados por governos.

Os Xetás, grupo pertencente ao tronco lingüística Tupi Guarani, localizavam-se na região centro-sul do Estado do Paraná, e foram oficialmente contatados na década de 1950, na região de Serra de Dourados no noroeste do Paraná.

Segundo MASUZAKI (2015) os indígenas localizados no município de Guaíra e Terra Roxa a partir do ano de 2012 foram obrigados a se retirarem de suas terras, refugiando-se especialmente no Paraguai e no Mato Grosso do Sul. As condições de vida dessas populações, identificadas pelos contatos realizados no ano 2013, demonstravam o não acesso aos direitos básicos como água potável, energia elétrica, escola, saúde, além de uma forte campanha de “ódio” aos indígenas, realizada pelas oligarquias locais. MASUZAKI (2015) afirma que:

Os Guaranis, a partir de 2012, se tornaram vítimas de uma campanha anti- indígena massiva, organizadas por setores ruralistas e determinados agentes públicos, como deputados, senadores e prefeitos. Reuniões foram realizadas em vários municípios, e contaram com a presença de figuras públicas como o Deputado Estadual pelo Paraná, Élio Lino Rusch, e o Deputado Federal Dilceu Sperafico. Os discursos proferidos nessas reuniões contribuíram para legitimar e fortalecer a disseminação do ódio e preconceito contra os indígenas. (MASUZAKI, 2015, p. 80)

A autora relata que por conta destas políticas de perseguição, em 2013 houve três casos de suicídio no Paraná. Destes, dois foram em Guaíra e um em Terra Roxa. Todos adolescentes entre 16 e 18 anos. (MASUZAKI, 2015, p. 80).

Assim, os elementos e exemplos abordados nesse capítulo reafirmam que a violência que sofreram e sofrem os povos indígenas e os povos do campo em geral, demarcam que as consequências do desenvolvimento do sistema capitalista são devastadoras e podem dizimar populações inteiras levando-os a perderem seus territórios, sua cultura, seu modo de ser e estar no mundo.

2. A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA ALDEIA INDÍGENA SÃO JERÔNIMO (NORTE DO PARANÁ)

No Estado do Paraná existem aproximadamente 9.015 indígenas habitando cerca de 85.264,30 hectares de terra⁵. Estes povos estão situados em 17 reservas indígenas atualmente conforme tabela abaixo:

Ilustração 2: Quadro das Terras Indígenas do Paraná

Terras Indígenas	Aldeias	Tribos	População	Municípios	Área (Ha)
Palmas	Sede, Vila Alegre	Kaingang	650	Palmas-PR e Abelardo Luz-SC	2.944,00
Mangueirinha	Sede, Paiol Queimado, Fazenda, Palmeirinha, Água Santa e Mato Branco	Kaingang Guarani	1.617	Chopininho, Mangueirinha e Coronel Vivida	17.308,07
Rio das Cobras	Sede, Campo do Dia, Taquara, Pinhal, Lebre, Trevo, Papagaio e Vila Nova	Kaingang Guarani Xetá	2.263	Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu	18.681,98

⁵ Informações tiradas do site do Dia a Dia Educação. Portal Educacional do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/indios_terras.php . Acesso em agosto de 2018.

Ocoy	Sede	Guarani	172	São Miguel do Iguaçu	231,88
Marrecas	Sede e Campina	Kaingang Xetá	385	Turvo e Guarapuava	16.538,58
Ivaí	Sede, Laranjal e Bela Vista	Kaingang	877	Manoel Ribas e Pitanga	7.306,34
Rio D'Areia	Sede	Guarani	51	Inácio Martins	1280,56
Faxinal	Sede e Casulo	Kaingang	450	Cândido de Abreu	2.043,89
Queimadas	Sede, Aldeia do Campo	Kaingang	355	Ortigueira	3.081,00
Mococa	Sede e Gamelão	Kaingang	79	Ortigueira	848,00
Apucarantina	Sede, Toldo, Vila Nova e Barreiro	Kaingang	662	Londrina	5.574,00
Barão de Antonina	Sede, Cedro e Pedrinha	Kaingang	395	São Jerônimo da Serra	3.751,00
São Jerônimo da Serra	Sede e Guarani	Kaingang Guarani Xetá	375	São Jerônimo da Serra	1.339,00
Laranjinha	Sede	Guarani	303	Santa Amélia	284,00
Pinhalzinho	Sede	Guarani	88	Tomazina	593,00
Ilha da Cotinga	Sede	Guarani	68	Paranaguá	824,00
*Guaraqueçaba	Sede	Guarani	62	Guaraqueçaba	861,00
Tekoha - Añeteté	Sede	Guarani	163	Diamante do Oeste e Ramilândia	1.744,70
TOTAL			9.015		85.235,030

Fonte: Dia a Dia Educação. Portal Educacional do Estado do Paraná

O Município de São Jerônimo da Serra, localizado na região norte do Paraná, Brasil, desde o seu processo de formação, possui uma grande quantidade de povos indígenas, dentre estas várias estão as três etnias indígenas, sendo estas Kaingang, Xetás e Guarani.

O Município de São Jerônimo da Serra tem origem a partir do processo de conflitos entre colonização e massacres de povos indígenas no Norte do Paraná, gerenciada pelo Barão de Antonina, que buscava em suas expedições caminhos que facilitasse o deslocamento entre os estados do Paraná e Mato Grosso. A partir dessas expedições, é constatada a existência de habitantes indígenas nessa região.

Com a invasão aos territórios indígenas por parte do governo, expandido as áreas invadidas implantando novos povoados que se constituíam a partir da mão de obra escrava indígena e sob processos de catequização em massa dos indígenas, impondo a religião europeia do cristianismo fazendo com que uma ressignificação as cosmogonias indígenas.

Nesta cidade de São Jerônimo, consolidaram-se duas terras indígenas, a Barão de Antonina com a etnia Kaingang, e a São Jerônimo com as etnias Kaingang, Guarani e Xetas que vieram de diferentes regiões conformando o território.

Abaixo se aborda um histórico de forma breve cada etnia.

2.1 Os Índios Kaingang

De acordo com o portal Kaingang, o povo indígena da etnia Kaingang está entre os mais numerosos em nosso país. Sua língua materna pertence à família Jê, integrada ao ramo linguístico Jê Meridionais.

Sua cultura desenvolveu-se à sombra dos pinheirais, ocupando a região sudeste/sul do atual território brasileiro. Há pelo menos dois séculos sua extensão territorial compreende a zona entre o Rio Tietê (SP) e o Rio Ijuí (norte do RS). No século XIX seus domínios se estendiam, para oeste, até San Pedro, na província argentina de Misiones. (PORTAL KANGANG, 2013, n.p.)

Ainda de segundo o Portal no Paraná temos em média 11. 735 integrantes desta etnia distribuídas por vários locais do Estado. No município de São Jerônimo da Serra estima-se que possui cerca de 670 integrantes da etnia na TI São Jerônimo

2.2 Os Índios Guarani

Segundo os relatos do cacique Guarani que vive na localidade da TI São Jerônimo os povos dessa etnia sempre tiveram em sua organização a cultura de serem nômades, viviam se deslocando pelas regiões em que hoje denominamos pelos os estados de Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Azevedo *et al* (2008) a história dos Guaranis começa:

Quando da chegada dos espanhóis e portugueses na América, por volta de 1500, os Guarani já formavam um conjunto de povos com a mesma origem, falavam um mesmo idioma, haviam desenvolvido um modo de ser que mantinha viva a memória de antigas tradições e se projetavam para o futuro, praticando uma agricultura muito produtiva, a qual gerava amplos excedentes que motivavam grandes festas e a distribuição dos produtos, conforme determinava a economia de reciprocidade. Quando os europeus chegaram ao lugar que hoje é Assunção, no Paraguai, ficaram maravilhados com a "divina abundância" que encontraram.

Os Guarani vêem seu mundo como uma região de matas, campos e rios, como um território onde vivem segundo seu modo de ser e sua cultura milenar. Do território tradicional, historicamente ocupado pelos Guarani, que se estende por parte da Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil, os Guarani ocupam hoje apenas pequenas ilhas. Seu território, o solo que se pisa, é um tekoha, o lugar físico, o espaço geográfico onde os Guarani são o que são, onde se movem e onde existem. Esses povos guardam tradições de tempos muito antigos, que trazem na memória que vão atualizando em seu cotidiano, através de seus mitos e rituais.

Os povos Guarani são muito semelhantes nos aspectos fundamentais de sua cultura e organizações sociopolíticas, porém, diferentes no modo de falar a língua guarani, de praticar sua religião e aplicar as diversas tecnologias na relação com o meio ambiente. Tais diferenças, que podem ser consideradas pequenas do ponto de vista do observador, cumprem o papel de marcadores étnicos, distinguindo comunidades

políticas exclusivas. Esses grupos reconhecem a origem e proximidade histórica, linguística e cultural e, ao mesmo tempo, diferenciam-se entre si como forma de manter suas organizações sociopolíticas e econômicas.

Atualmente, os Guarani seguem vivendo onde sempre viveram, apesar de inumeráveis pressões, ameaças e mortes. Diversos grupos Guarani foram se estendendo por esta parte da América, mediante sucessivas migrações aliadas ao crescimento demográfico, que começaram há uns dois mil anos atrás e que continuam até a atualidade. No território brasileiro vivem os Mbya, Kaiowá e Guarani (ou Nhandeva). Os Guarani e Kaiowá estão em Mato Grosso do Sul.

Um dos maiores males que os Guarani têm que suportar é a invasão e destruição de sua terra, a ameaça contra seu modo de ser, a expulsão, a discriminação e o desprezo que vieram com a chegada dos "outros", dos colonos e dos fazendeiros e, mais recentemente, dos produtores de soja e de açúcar. (AZEVEDO, 2008. p. 01).

2.3 Os Índios Xetás

Segundo Rodrigues (2013) o povo indígena que conhecemos por Xetá, ao longo da história receberam várias denominações:

O povo Xetá é nominado de diversas formas: Butocudos – pelas populações brancas no século XIX a parte do XX, *Kuruton*- pelos índios Kaingang que com eles conviviam no vale do rio Ivaí, *Yvaparé*- pelos índios Guarani do vale do rio Tibagi e Paranapanema e por alguns pesquisadores e ainda foram chamados de, Héta, Chetá, Setá e Ssetá. (RODRIGUES, 2013, p.10).

Grandelle (2011) sustenta que talvez o nome “Botocudos” tenha surgido pelo adereço (*Botoques*) utilizado pela etnia nos lábios e nas orelhas no intuito de alongá-los. Sem muito esforço encontramos com facilidade alguns escritos que relatam o genocídio sofrido pelos povos indígenas. Com os Butocudos as ações não foram diferentes, em poucos séculos sua população se reduziu a apenas algumas dezenas de pessoas.

Segundo a autora, os botocudos são originários da região de Lagoa Santa (Minas Gerais), mesma região em que através de algumas pesquisas antropológicas há indícios de que o crânio encontrado de Luzia⁶, é o esqueleto mais antigo das Américas, com cerca de 11 mil anos de idade.

Atribuídos com os adjetivos de Selvagens, sanguinários e estranhos, os Butocudos entre os séculos XVII e XVIII, eram vistos como constante entrave na exploração de minérios no interior do Brasil pela oligarquia portuguesa, deste modo o massacre era consentido e inevitável por não favorecer aos interesses da Corte.

⁶ Luzia é nome apelidado ao esqueleto encontrado de uma mulher de cerca de 11.500 anos com mais ou menos 1,50 de altura. Essa descoberta arqueológica ocorreu no Brasil em 1975 na região de Lagoa Santa (Minas Gerais). É considerado o fóssil mais antigo da América.

Para se refugiarem e sobreviverem à exploração da monarquia essa população foi sendo obrigada a se deslocar de suas terras de origem entre o norte da Bahia e o sul de Minas Gerais, para a região sul do Brasil. Tal transição e transformação, imposta pela colonização fragilizaram e tornaram essa etnia vulnerável com a perda de sua herança cultural.

Há indícios de que os adultos indígenas trabalhavam cerca de 12 horas diárias em atividades diversas como por exemplo a agricultura, a caça e a cerâmica. O ritual de passagem para a vida adulta se dava por volta dos 13 anos, onde o jovem ganhava o *botoque* assumindo suas obrigações na comunidade as quais deveriam contribuir para a subsistência da própria comunidade.

Os aldeamentos, próximos aos rios, eram construídos a partir da abertura de caminhos nas matas com ferramentas construídas por eles. Conforme Rodriguez (2013), apresentando informação do índio Tucá, “Não queimam o mato para fazer a aldeia, mas vão limpando aos poucos, cortando primeiro o mato baixo, depois as árvores, com o correr do tempo” (RODRIGUES, 2013, p. 18).

Segundo FERNANDES (1959) as cabanas eram revestidas de palmeiras. Nesse período as mulheres e crianças andavam desnudas, apenas os homens usavam uma tanga tecida por fios de plantas.

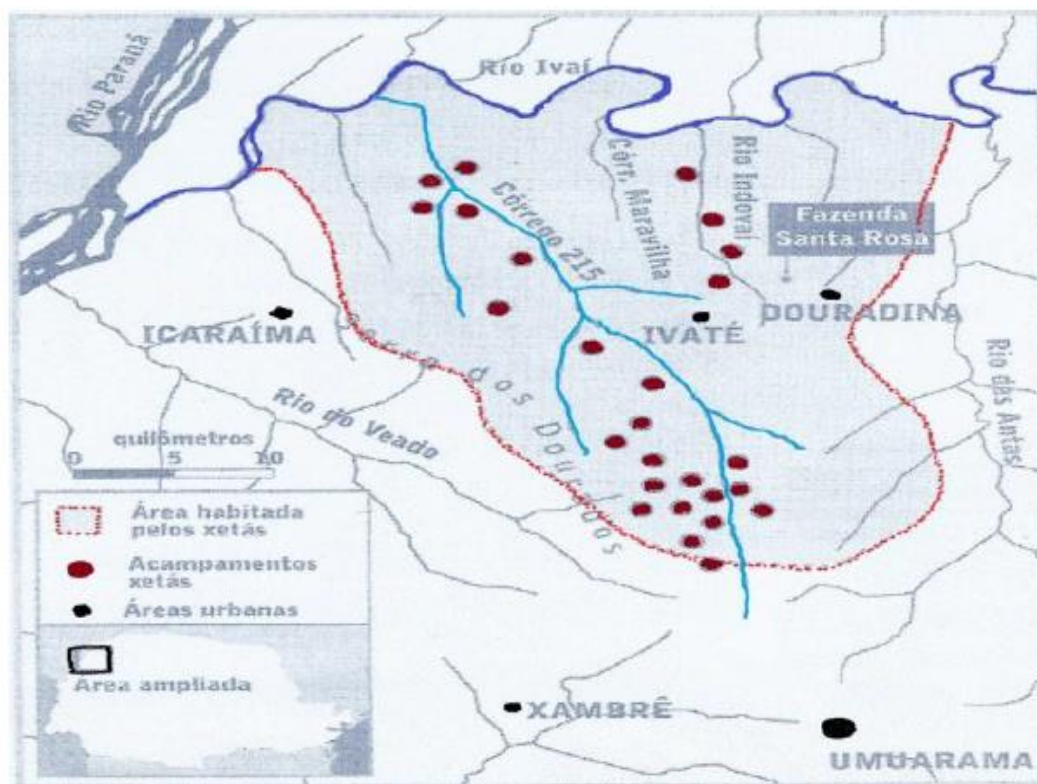
Com o passar do tempo, a própria expulsão de seus territórios, as mudanças constantes de denominação da etnia, influenciaram e interferiram na identidade e memória herdada de seus antepassados.

Vicensotto *apud* Grandelle (2011), afirma que a perda de identidade se constituiu ao longo dos anos caracterizando-se até os dias atuais por esses sujeitos. Pois os que sobreviveram e permaneciam em grupos encontrava-se em menos de 100 índios. Sua língua originária aos poucos foi sendo substituídas pela língua portuguesa, já que os adultos só se recordavam de algumas palavras. Sofreram por processos de marginalização e preconceitos, o que os levou a resistirem à colonização e por fim escravizados.

Mota (2013) afirma que entre 1940 e 1950 foram realizadas expedições nas montanhas da margem direita do Rio Ivaí entre a Colônia Teresa e Campinas Belas, com a finalidade de ocupação cafeeira. Nesta trajetória foram encontrados índios que possivelmente seriam da etnia Xetá, que já tinham se estabelecido na região desde 1840 às margens do Rio Ivaí.

O mapa abaixo, organizado por Pinheiro (2014), demonstra a área de origem do povo Xetá. O último povoado indígena desta etnia no Paraná foi registrado entre as décadas de 1940 e 1950, coincidentemente com período marcado pela expansão cafeeira⁷.

Ilustração 03 - Mapa de Origem da etnia Xetá entre o Vale do Rio Ivaí e a Serra Dourada



Fonte: PINHEIRO, 2014

⁷ O cultivo do café inicialmente se destaca no Estado de São Paulo no século XIX, e no Paraná se desenvolvem de maneira mais visível a partir da década de 1920.

Na expedição que deu origem a este mapa e os expedicionários que registraram ao perceberem a presença de indígenas ficaram inquietos e o medo tomou conta de alguns dos trabalhadores no local. Enquanto alguns grupos abandonaram o acampamento, outros iniciaram uma busca armada comandada por Bigg-Wither (comandante da expedição) em busca de capturar esses índios. Conforme Mota (2013),

[...] Nessa época trabalhava com Bigg-Wither três índios Kaiowá que tinham vindo do aldeamento de São Pedro de Alcântara no Rio Tibagi. [...]. Quando Bigg-Wither resolveu ir em busca dos índios que rodeavam seu acampamento escolheu o Kaiowá Luco como guia, porque ele era o que mais conhecia os costumes dos índios que viviam nas matas. (MOTA, 2013, p.63).

Com a afirmação acima, percebe-se que durante o processo os sujeitos exploradores utilizaram-se até mesmo das contradições internas entre as etnias, seus conhecimentos sobre as matas e como viviam e se moviam, beneficiaram o interesse da expansão cafeeira. O grupo capturado por Bigg-Wither foi levado para as colônias, entretanto não contavam que as epidemias, doenças e alimentação que receberam todos os índios, os levariam ao extermínio de Xetás.

Para Mota (2013) o final da dos anos de 1940 e começo de 1950, ocorreu o último contato com o grupo indígena Xetá no Paraná. Do modo em que a expansão de monocultivo cafeeiro avançava, a fauna e a flora eram destruídas, os Xetás foram expulsos de seus territórios. Os que tentavam resistir em pequenos grupos na floresta eram mortos, vítimas da violência do homem branco, ou das doenças que se transmitiam por eles.

Outras expedições foram desenvolvidas em busca de contato com população, organizadas pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI)⁸. Algumas foram fracassadas, onde só encontraram vestígios de sua presença no local. Em 1952, em uma busca um menino Xetá é apanhado e entregue a (SPI) de Curitiba. Anos depois um pequeno grupo é encontrado nas proximidades da fazenda Santa Rosa. Nas palavras de Pinheiro (2013) esses indígenas não foram mais vistos, e que provavelmente tenham se agrupado com outros índios, ou escondidos por algum lugar.

⁸ O SPI (Serviço de Proteção ao índio) foi criado em 20 de junho de 1910, pelo decreto nº 8.072, com o objetivo de prestar assistência aos indígenas do território nacional. Seu método de conduta diante dos Postos Indígenas era repleto de contradições com relação ao seu papel e sua postura diante dos povos indígenas. Foram feitas graves acusações ao SPI como, por exemplo, o genocídio, corrupção, trabalho escravo relacionado aos maus tratos e a própria fome. Deste modo muitos funcionários da organização foram inibidos de seus serviços pela comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Em 1967, a SPI foi substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Pinheiro (2014) afirma que a política indigenista da época tentou fazer negociações de remoção destes povos para territórios onde vivem os Kaingang e Guaraní. Esta política visava por um lado “proteger” as terras e cultura indígenas, mas por outro lado reafirmando o avanço da expansão agrícola, e para tanto, necessária à transferência de territórios desses povos liberando terras para a política de colonização.

Essa política indigenista reafirma uma concepção positivista e de premissas coloniais na preservação dos povos indígenas.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) apontava que em 1990 a etnia Xetá havia sido extinta, contando apenas com uma população de cinco pessoas. Entretanto uma antropóloga chamada Carmem Lúcia da Silva constatou que os Xetás não estavam extintos, e afirmava que havia um grupo mais velho de sobreviventes era composto de 8 pessoas e seus descendentes. Durante sua pesquisa identificou-se dezenas de descendentes de Xetás que se casaram com Kaingangs e Guaranis, mas que se afirmam Xetas.

Atualmente, os oitos Xetá que resistiram permanecem vivendo em locais diferentes, uns em aldeamentos indígenas juntos com Kaingang, Guaranis outros em centros urbanos. Segundo Pinheiro (2014) a FUNAI a maior quantidade da etnia Xetá se encontra na aldeia São Jerônimo localizado no município de São Jerônimo da Serra, região Norte do Paraná, conhecida por abrigar três etnias indígenas (Xetás, Kaingangs e Guaranis).

Nesta aldeia se estabeleceram importantes relações de amizade, e reuniões entre as etnias. Para Pinheiro (2014), uma das principais preocupações dos Xetás está na perda de sua língua e sua cultura, pois as crianças, estudando junto aos Kaingangs e Guaranis, nem sempre tem acesso a alfabetização na sua língua materna.

Não possuem professores falantes da língua Xetá. O autor afirma também que há uma incansável busca de preservar a cultura resguardada nas danças, rituais, construção de casas, instrumentos de caças e coletas. Assim, essas três etnias indígenas, foram forçadas a se agruparem na Terra Indígena São Jerônimo e convivem a partir de suas diferenças e formas de organização política. Como nos afirma o cacique Kaingang “A escola cumpre um papel de construir e estabelecer a harmonia entre as etnias que anteriormente eram conflituosos”.

3. ESCOLA INDÍGENA COMO PARTE DA RESISTENCIA DE UM POVO: O CASO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA CACIQUE KOFÉJ.

Para compreender melhor as relações existentes entre o Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj e a comunidade indígena São Jerônimo no fortalecimento de seus territórios, foi empregada uma metodologia baseada na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica levantamos os livros, as revistas, os artigos e sites oficiais que tratam da questão indígena. Nossa base conceitual para esta pesquisa tem em Minayo a sustentação teórica. Minayo (2009) afirma que a metodologia é:

[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). Na verdade, a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade (MINAYO *et al.*, 2009, p. 14 e 15).

Com base nesta citação realizamos uma pesquisa de campo, onde foram feitas visitas a Terra Indígena (TI) com o registro em diário de campo das principais observações e constatações.

Foram realizadas conversas informais e entrevistas com as lideranças das três etnias que compõe a aldeia e que estamos apresentando neste estudo. Falamos com educadores e comunidade escolar: estudantes, funcionários, professores, pessoal da administração escolar, do Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj.

Na apresentação dos resultados desta pesquisa não identificaremos os respondentes, apenas identificaremos por entrevistados/as seguido de número, exemplo: Entrevistado/a 01. Isto se deve para que possamos preservar as identidades das pessoas que nos forneceram informações para esta pesquisa de TCC.

3.1 FUNDAMENTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Em relação aos fundamentos gerais da educação escolar indígena, pode se dizer que ao longo de sua construção no Brasil vem sofrendo várias alterações como, por exemplo, com a chegada dos colonizadores europeus em meados de 1500 a educação era composta e cumpria a tarefa de dominar e esta ação foi perpetrada pelos jesuítas. Conhecida como o período da “Civilização ocidental e cristã”. (SAVIANI, 2013, p.25)

Para este autor:

O primeiro governador geral do Brasil chegou em 1549 trazendo consigo os primeiros jesuítas, cujo grupo era constituído por quadro padres e dois irmãos chefiados por Manuel de Nóbrega. Eles vieram com a missão conferida pelo rei de converter os gentios⁹: “Porque a principal coisa que me moveu a povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica” de modo que os gentios “possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé” (Dom João III, 1192, p. 145 e 148 apud. SAVIANI, 2013).

Nesse período se criaram espaços como escolas, colégios e seminários que foram se multiplicando pelo território. Que passou por algumas tendências articulados entre a

⁹ Gentio: nome aplicado no sentido de enfatizar o paganismo das outras nações, isto é, o termo “gentios” passa a ser similar ao termo “pagãos”. Disponível em: <https://estiloadoracao.com/o-que-significa-gentios/>. 09/08/2018.

colonização, a educação e a catequese. A ação da colonização para além da tomada e exploração do território articulava ações com o objetivo de sujeitar os habitantes indígenas à lógica do sistema vigente. A educação, nesse sentido era parte das ações colonizadoras, era tratada de forma minuciosa, disfarçada para pôr em prática a criação de mão de obra escrava e concomitantemente, condicionando a subserviência para o interesse da Corte na exploração das riquezas que eram enviados para a Europa. (SAVIANI, 2013).

Não diferente de séculos atrás a Educação hoje ainda se constitui como instituição de preservação e distribuição cultural, as escolas são utilizadas para criar e recriar formas de organização que permitem a sustentação do controle social a partir das necessidades dos grupos dominantes que detêm os meios de poder no sistema capitalista.

Para Apple (2018):

O controle das escolas, do conhecimento e da vida cotidiana pode ser, e é, mais sutil, pois admite até situações aparentemente inconsequente. O controle está investido dos princípios constitutivos, dos códigos e, especialmente, da consciência e das práticas do senso comum que atuam de maneira subjacente em nossas vidas, além de também estar investido da divisão econômica e da manipulação explícitas. (APPLE, 2008. p.38).

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNRE - indígenas) criados para contribuir com o fortalecimento e avanço na luta para entender que é necessária uma Educação diferenciada e específica para as populações indígenas.

A busca por uma construção de um currículo que se aproxime, e parta das realidades e das demandas de seu povo se faz necessário. O caminho é a reivindicação e a construção de novas propostas e métodos curriculares para as escolas, que substitua o modelo de educação que, vêm sendo impostos, que não corresponde os interesses políticos e a pedagogia de suas culturas.

Neste sentido, o Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj, localizada na Aldeia São Jerônimo é um importante elemento para a comunidade e para os sujeitos que nela vive.

Segundo os escritos do Projeto político Pedagógico (PPP), a primeira escola criada 1941 na terra indígena, denominada hoje Aldeia São Jerônimo, teve 13 anos de funcionamento, entretanto a estrutura da escola, segundo as normativas legais, não era adequada para uso. Com o passar dos anos, entre vários fechamentos e aberturas, definitivamente a escola fecha suas portas em 1951. Somente em 1982, com muita luta e persistência da comunidade, com recursos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é construída um prédio escolar denominado Escola Cacique Koféj.

De acordo com PPP do Colégio, em 1985 surge a proposta de ensino bilíngüe, ou seja, inserir em sua grade de ensino as línguas Guarani e Kaingang, a qual faz com que seja mantida a cultura das etnias em relação à língua materna.

Atualmente a instituição de ensino é freqüentada pelas etnias Guarani, Kaingang e Xetás, e vem buscando atender as necessidades da comunidade bem como garantir o acesso de todos à escolarização. Também possui como foco propiciar e fortalecer os valores multiculturais étnicos, como resistência do emaranhado de fatores que obrigam a mudarem a sua forma de viver e interagir na sociedade.

Neste sentido, o colégio ao propiciar a escolarização dos povos indígenas, permite que permaneçam em suas terras e que possam continuar tecendo seus modos de vida próprios, com e na terra, pois entendem a natureza como um bem natural, consolidam não somente a preservação, mas o cuidado ambiental da biodiversidade e dos ecossistemas existentes, tão explorados pelo sistema colonial capitalista.

3.2 O PAPEL DA ESCOLA INDÍGENA EM SEU TERRITÓRIO

Neste capítulo apresentamos alguns dados que levantamos durante a nossa pesquisa.

A partir das conversas com a entrevistada 01, conseguimos chegar às informações de que o nome do Colégio foi dado em homenagem a um integrante indígena da comunidade João Fidêncio Koféj que exercia a função de cacique e de Kujã¹⁰ que possuía grandes conhecimentos sobre ervas medicinais.

Ela informa também que em sua construção diária, o Colégio conta com a participação de uma equipe pedagógica composta por professores, alunos, funcionários, a comunidade indígena e o Núcleo Regional de Cornélio Procópio.

Segundo a entrevistada 01, está a organização propicia que se construam e se organizem um calendário diferenciado que visa criar em seus conteúdos e propostas a visualização e a valorização e reconhecimento da cultura indígena.

A busca por uma Educação de qualidade e que se ajuste a realidade e as necessidades dos sujeitos que vivem e a constrói. Hoje ela oferta modalidades linguísticas como português,

10 Kujã nome utilizado para os xamãs e lideranças espirituais de um povo indígena, usado a pronuncia de “cunhã”. Disponível no site: <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=172619> . Acessado 08/08/2018.

e através de muitas lutas e debates a inserção das línguas maternas Indígenas Kaingang, Guarani e Xetá.

A comunidade participa de forma ativa, sempre que necessário está presente, o interessante que toda a comunidade indígena se envolve demonstrando interesse mesmo aqueles que não têm filho na escola. (PPP, COLÉGIO CACIQUE KOFÉJ, 1985)

Neste sentido o colégio indígena cumpre um papel fundamental na construção da relação entre o colégio e a comunidade como nos informa o entrevistado 02: “A escola cumpre um papel de construir e estabelecer a harmonia entre as etnias, que anteriormente eram conflituosos”.

O desafio do colégio, para o entrevistado 02 é o fortalecimento da cultura e da sua resistência indígena e este desafio ainda se torna maior quando se pensa que um professor não indígena e que este terá que habituar-se aos seus costumes, pois isso demora um tempo para que o mesmo possa conhecer a cultura indígena e, assim, poder trabalhar as especificidades dos nossos alunos indígenas.

De acordo com Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio, foi em 1985 que surgiu a proposta de ensino bilíngue. A partir deste ano que se insere em sua grade de ensino as línguas Guarani e Kaingang, a qual faz com que seja mantida a cultura das etnias em relação à língua materna. Para os indígenas com quem conversamos este foi um desafio de grande importância, pois se recuperou um sonho antigo da Terra Indígena, mas que foi extremamente difícil de ser implantado.

Atualmente a instituição de ensino é frequentada por indígenas das etnias Guarani, Kaingang e Xetás, e vem buscando atender as necessidades da comunidade bem como garantir o acesso de todos à escolarização.

Para os entrevistados 01 e 02, o foco é propiciar e fortalecer os valores multiculturais étnicos, como resistência do emaranhado de fatores que obrigam a mudarem a sua forma de viver e interagir com a sociedade que envolve a Terra Indígena.

Neste sentido, o colégio ao propiciar a escolarização dos povos indígenas, permite que permaneçam nas suas terras, e que possam continuar tecendo seus modos de vida próprios, com e na terra, pois entendem a natureza como um bem natural, consolidando não somente a preservação, mas o cuidado ambiental da biodiversidade e dos ecossistemas existentes, tão veementes explorados pelo sistema colonial capitalista.

Ao conviver e conversar com os estudantes, professores e com os demais indígenas da Terra Indígena observamos que a importância do território vai para além da ocupação de um espaço. Ao incluir há mais de 30 anos o ensino das línguas de duas etnias indígenas que compõem a TI fortaleceu entre eles o seu auto-reconhecimento e isto contribuiu para valorizar a cultura indígena das etnias Kaingang, Xetá e Guarani existente na Aldeia São Jerônimo, por meio do Colégio Estadual Cacique Koféj.

A escola é um elo de extrema importância para a união da TI. Nela para a comunidade indígena não somente se aprende a ler escrever nas línguas indígenas, como também se desenvolve competências e ressignifica o conceito do que é ser indígena.

A partir das vivências que tivemos no período de pesquisa, podemos entender que o espaço escolar, com suas atividades políticas e pedagógicas enquanto ferramenta de resistência, no sentido de preservar a cultura dos povos tem sido praticada com muita intensidade pelos integrantes da TI.

Além disso, entendemos a relação entre escola e comunidade como forma de preservação da biodiversidade dos ecossistemas existentes ressignificados dentro da cosmovisão indígena num triplo desafio étnico, envolvendo os modos de ver o mundo dos Kaingang, Guarani e Xetás. A vida e os processos que envolvem na TI estudada tem muito a ensinar sobre as múltiplas formas de convivências e sociabilidades, principalmente para resistir às pressões, preconceitos, políticas públicas que mais promovem o seu desaparecimento do que sua emancipação.

O desenvolvimento do trabalho se deu tendo em vista o momento histórico-social em que vivemos, no qual se reproduz cotidianamente relações de colonialidade do poder e do saber, dos indígenas, quando os povos historicamente vêm sendo explorados nos seus territórios de vida.

Neste sentido, entendemos que a educação, em sua perspectiva transformadora, e o papel da Escola, enquanto um dos elementos para produzir processos de resistência de culturas historicamente subalternizadas como a cultura indígena tem papel central para a emancipação dos indígenas, desde que desenvolvidos sob a perspectiva destes povos.

A escola, com suas práticas pedagógicas e políticas, formas de organização, participação dos educandos, postura dos educadores, permite que os sujeitos possam fazer o resgate histórico de sua cultura, no caso específico em estudo, da cultura indígena.

Evidenciar a potencialidade da Escola Cacique Koféj, localizada na aldeia indígena São Jerônimo, como ferramenta de resistência da cultura indígena, tendo em vista que o povo

desta aldeia vem perdendo suas identidades, seus hábitos, suas formas de ser e estar no mundo, pois necessitam se adaptar ao modelo colonial-capitalista que rege as relações sociais, econômicas e políticas que constituem a sociedade em que vivemos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento da pesquisa pode-se constatar que as relações sociais construídas ao longo da história moderna têm como pilares fundantes a hegemonia colonialista com dimensões econômicas, políticas e monoculturais da diversidade do mundo. Isto trouxe danos irreparáveis no que se diz respeito à cultura indígena, na sua forma de estar e agir no mundo.

Neste sentido, a Educação, por meio do Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj se configura em uma ferramenta de resgate e resistência das culturas indígenas no município de São Jerônimo da Serra -PR.

É preciso que os sistemas educacionais estaduais e municipais considerem a grande diversidade cultural e étnica dos povos indígenas no Brasil e revejam seus instrumentos jurídicos e burocráticos, uma vez que tais instrumentos foram instituídos para uma sociedade que sempre se representou como homogênea. Cada vez mais os indígenas brasileiros que estão em contato com os não indígenas vêm trazendo desafios para estes povos no que se

refere a manutenção das suas tradições, língua, religião e hábitos de convívio entre si e com a natureza.

A educação que se observa na Terra Indígena São Jerônimo tem enfrentado estes desafios de manter 3 etnias convivendo e repartindo as mais diversas experiências que se refere as cosmovisões, os processos de ensino/aprendizagem em que duas línguas são faladas.

O que podemos observar e concluir a partir dos estudos que desenvolvemos para este TCC, é que, a educação que hoje o estado oferece para os diversos povos indígenas que tem seus territórios no Estado do Paraná, assim como toda a sociedade brasileira, não está orientada para oferecer as condições para que estes povos transcendam e construam um caminho sólido rumo a sua emancipação. O Estado brasileiro tem uma dívida enorme, que não se pagará, pois os milhões de vidas e povos indígenas que desapareceram durante toda a história do Brasil não retornarão, nem tampouco sua cultura, religião e formas civilizatórias de ocupar o território.

Porém, a experiência de estudar os Xetás, Kaigangs e Guaranis nos mostrou que mesmo emergidos na sociedade não indígenas que os oprimem, estes povos resistem, se reinventam e promovem estratégias para continuar existindo. Nos mostram que não serão objetos do desaparecimento desumano que o mundo não indígena lhes impõe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. BRAND, A. HECK, PEREIRA, E. L. M. B, MELIÀ. **Guarani Retã – Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai** –: UNaM, ENDEPA; CTI, CIMI, ISA, UFGD; CEPAG, CONAPI, SAI, GAT, SPSAJ, CAPI. 2008.

CIMI. **Cosmovisão Indígena e o Modelo de Desenvolvimento**. Encarte Pedagógico V. PORATIM. Em defesa da Causa Indígena. Junho/Julho de 2015. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/Porantim/2015/Encarte_Porantim376_jun-jul2015.pdf . Acesso em junho de 2018.

EL PAÍS. **Estamos tomando água poluída de mercúrio. O povo Yanomami vai sumir. El País.** São Paulo, 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/20/politica/1492722067_410462.html Acesso em Agosto de 2018.

FERNANDES, J. L. (Diretor de Vídeo). **Os Xetás da Serra do Dourado** (1959). Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia. Curitiba: Cinema do Museu Guido Viaro. Fundação Cultural de Curitiba, 1959. (video e 45:54min)

GRANDELLE, R. **Índios botocudos podem ser descendentes diretos dos habitantes de Lagoa Santa, os primeiros de que se tem registro no Brasil.** 03/11/2011.

MASUZAKI, T. I. A Luta dos Povos Guaranis no Extremo Oeste do Paraná. **Revista Pegada. Mundo do Trabalho**. Numero Especial da XV Jornada de Trabalho. Vol. 16. N. especial 75. Maio de 2015. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/3525/2881> Acesso em agosto de 2018.

MEC. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, J. B. **Histórias e Mistérios do Sertão do Tibagi**. Ivaiporã: MR Gráfica e Editora. 2008. 235 p.

MOTA, L.T. **Os Xetás no vale do Rio Ivaí. 1840-1920**. Maringá: Editora: EDUEM Maringá, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo: Conflitos e violência Movimentos Sociais e Resistencia Os “Sem Terra” e o Neoliberalismo**. 13ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. In: Estudos Avançados. Vol. 15 (43). SP: Usp, 2001.isponível em:<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20longa%20marcha%20do%20campesinato%20brasileiro%20-%20Umbelino%20de%20Oliveira%202001.pdf> . Acesso em junho de 2018.

PINHEIRO, I. S. **A construção da Usina Hidrelétrica de Mauá da Serra e seus impactos socioambientais em São Jerônimo da Serra – PR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2014.

RODRIGUES, A. D. **Caderno de campo:Xetá**. Maringá: Editora UEM, 2013.

SAVIANI. D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 4 ed . Campinas, SP: Autores Associados, 2013

SCHWENDLER, F.S; TÁRREGA, B. V. C. M. **Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus direitos**. Editora: PUC Goiás. Goiânia, 2015.

SIMON, C. B GAWRYSZEWSKI, A; FORTUNA, C. P; AMBROGI, L. D. M; (org.). **São Jerônimo, história local e ensino: construindo história**. Londrina: Editora UEL, 2011.http://www.portalkaingang.org/index_povo_1default.htm 06.11.2018

APENDICE
ENTREVISTA COM A COMUNIDADE



**O PAPEL DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: NO FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO
CONTRA O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL**

Esta entrevista é parte a pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (UFPR/Setor Litoral – ELAA), com o objetivo compreender as relações existentes entre Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj e a Comunidade Indígena São Jerônimo no fortalecimento de territórios contra o desenvolvimento do capital no campo.

ENTREVISTA COM A COMUNIDADE

DADOS PESSOAIS:

Nome: _____

Etnia? _____

Local de Origem? _____

Quanto Tempo vive na Comunidade? _____

QUESTÕES

01. Qual o seu vínculo com a comunidade e em que atividades você participa?

02. Quais atividades a Comunidade participa junto com o Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj?

03. Qual a participação da Comunidade na organização do Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj? Explique como acontece essa participação?

Agradecemos a sua atenção!

Ketlin Mayara Dutra da Silva

Educanda do Curso LECAMPO – UFPR/Setor Litoral / ELAA